

Parecer Técnico Conclusivo nº 01/2014/CTAS/CNRH/MMA

Assunto: Proposta de Moção solicitando ao Ministério da Saúde que no processo de revisão da Portaria GM/MS Nº 2.914/2011 considere as contribuições da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas - CTAS deste Conselho Nacional de Recursos Hídricos CNRH.

1. Histórico

1.1. Este documento apresenta a contextualização, análise e parecer conclusivo da proposta de Moção, elaborada no âmbito da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas – CTAS do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, onde se solicita que no processo de Revisão da Portaria GM/MS Nº 2.914/2011 o Ministério da Saúde considere as contribuições apresentadas por esta Câmara.

1.2. O tema entrou em pauta na 77ª REUNIÃO da CTAS, de 06/03/2012, motivada por diversos relatos sobre problemas na implementação da referida norma. As dúvidas interpretativas e os questionamentos se referem, em especial, ao parágrafo único do art. 12, e ao art. 16. Com o objetivo de discutir melhor o assunto foi formado um grupo de trabalho, dentre os membros presentes da CTAS.

1.3. Na 80ª Reunião da CTAS, de 20/08/2012, foi realizada uma apresentação do Ministério da Saúde, cujo objetivo era clarificar o assunto visando uma tomada de decisão. Nesta oportunidade a representante do MS, Sra. Adriana Cabral, fez um breve histórico sobre a elaboração da Portaria e informou que todos os questionamentos estavam sendo compilados pela área jurídica do MS, dentre os quais se encontravam o da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (ABAS). Após um longo debate ficou acordado entre os membros da CTAS que se aguardaria o parecer técnico do MS em resposta a ABAS para então tomar um posicionamento.

1.4. Nas 81ª e 82ª Reuniões da CTAS, o tema continuou sendo item de pauta. O GT apresentou uma proposta de nota técnica e moção, tendo por base todo o material compilado e as discussões havidas durante o período. No entanto, acordou-se que ainda eram necessárias adequações e aperfeiçoamentos, para que fosse submetida à CTIL.

1.5. Neste intervalo de tempo, considerando a importância do aprimoramento, o Ministério da Saúde sinalizou que iria realizar a revisão da Portaria,

prevista no seu artigo XX. Na 86ª Reunião da CTAS, ocorrida nos dias 18 e 19/03/2014, o representante do MS esclareceu sobre este processo, informado que para a consulta pública estava disponibilizado um espaço virtual, <http://177.153.6.85/portaria2914>, para recebimento de propostas justificadas.

1.6. Com vistas a contribuir com o processo de revisão em curso, a CTAS/CNRH que há tempos se debruça sobre o assunto, elaborou este Parecer apontando algumas imprecisões da Portaria GM/MS nº 2.914/2011 e sugerindo as modificações e adequações.

2. Análise

2.1. É de conhecimento deste Conselho Nacional de Recursos Hídricos que várias Bacias ou sub-Bacias Hidrográficas do Brasil apresentam sérios problemas de disponibilidade hídrica, onde a demanda por água subterrânea em soluções alternativas coletivas responde com importantes vazões.

2.2. A Portaria nº 2.914/2011 do Ministério da Saúde que dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade apresenta, em seu escopo, restrições ao uso de soluções alternativas coletivas de abastecimento onde houver redes de distribuição pública. Este tema é tratado no parágrafo único do artigo 12 e no artigo 16, que possuem a seguinte redação:

- Art. 12. Parágrafo único. *A autoridade municipal de saúde pública não autorizará o fornecimento de água para consumo humano, por meio de solução alternativa coletiva, quando houver rede de distribuição de água, exceto em situação de emergência e intermitência.*

- Art. 16. *A Água proveniente de solução alternativa coletiva ou individual, para fins de consumo humano, não poderá ser misturada com água da rede de distribuição.*

2.3. Ao aplicar o disposto no Art.12, a interpretação do agente público leva à restrição do uso de água subterrânea para consumo humano em situações onde as soluções alternativas coletivas são necessárias ou fundamentais, desconsiderando a eventualidade de uma escassez hídrica ou de dificuldade de acesso a redes públicas de distribuição de água.

2.4. Considera-se que tal restrição ignora iniciativas de gestão integrada dos recursos hídricos, uma vez que alguns órgãos gestores estaduais de recursos hídricos, por

intermédio das Secretarias de Estado do Meio Ambiente, de Recursos Hídricos e da Saúde vêm adotando iniciativas conjuntas para um controle e vigilância mais efetivos das soluções alternativas coletivas de abastecimento de água para consumo humano.

2.5. Considera-se ainda que as exceções citadas no parágrafo único (em situação de emergência e intermitência) onde é permitida a utilização de solução alternativa coletiva quando houver rede de distribuição de água, podem trazer subjetividades à aplicação da Portaria.

2.6. O outro dispositivo que suscita dúvidas é o Artigo 16 que diz: *“a água proveniente de solução alternativa coletiva ou individual, para fins de consumo humano não poderá ser misturada com a água da rede de distribuição”*.

2.7. A Lei Nacional de Saneamento Básico – Lei nº 11.445/2007, que disciplina o serviço público de abastecimento de água potável, determina no artigo 45, que toda edificação deverá ser ligada às redes públicas de água e esgotos disponíveis e estará sujeita ao pagamento de tarifas públicas pelo uso dos serviços. No parágrafo 2º informa: *“a instalação predial ligada à rede pública de abastecimento de água não poderá ser alimentada por outras fontes”*.

2.8. No que se refere a este assunto o Decreto nº 7.217 de 21 de junho de 2010, que regulamenta a Lei nº 11.445/2007, definiu em seu Art. 7º § 1º que: *Entende-se como sendo a instalação hidráulica predial mencionada no caput a rede ou tubulação de água que vai da ligação de água da prestadora até o reservatório de água do usuário*. Conclui-se desse dispositivo que a proibição se refere apenas à instalação hidráulica predial ligada à rede pública, essa entendida como parte da instalação do instrumento de medição (hidrômetro) até o reservatório de água do usuário (caixa d'água).

2.9. Diante do exposto, sobre a possibilidade de misturar a água proveniente de solução alternativa com a água da rede de distribuição considera-se que o artigo 16 da Portaria possui redação imprecisa, capaz de causar prejuízos, pelo que se requer que seja ele revogado ou, então, tenha sua redação alterada, para que passe a ter a mesma redação utilizada pelo artigo 7º, caput e § 1º, do Decreto Federal nº 7.217, de 2010.

2.10. Apresentados os esclarecimentos, encaminha-se a proposta de moção em anexo, à Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais para análise pertinente às suas competências e procedimentos subsequentes, com vista ao encaminhamento para aprovação pela Plenária do CNRH.

3. Conclusão

3.1 São estas as contribuições que a CTAS/CNRH tem a fazer no processo de revisão da Portaria MS nº 2.914/2011, que em síntese apontam para:

- (i) exclusão do parágrafo único do artigo 12;
- (ii) exclusão ou alteração da redação do disposto no artigo 16.

3.2. A aprovação de Moção por parte do CNRH e o encaminhamento ao Ministério da Saúde com as alterações citadas trará benefícios para os sistemas estaduais de gerenciamento dos recursos hídricos, em particular para a gestão das águas subterrâneas.

3.3. Realizados esses esclarecimentos, a Câmara Técnica de Águas Subterrâneas – CTAS julga adequada e importante a aprovação da proposta de Moção dirigida ao Ministério da Saúde, solicitando que no processo de revisão da Portaria GM/MS nº 2.914/2011 sejam consideradas as contribuições constantes deste Parecer nº 01/2014.

Este é o parecer

Em, 04 de abril de 2014.



WALDIR DUARTE COSTA FILHO
Presidente da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas - CTAS